Mineração Usiminas S.A.
CNPJ Nº 12.056.613/0001-20

Mineração USIMINAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2025

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores Acionistas,
A Administração da Mineração Usiminas S.A. ("Mineração Usiminas" ou a "Companhia") apresenta para apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2025: Performance sustentada pela excelência operacional

O ano de 2025 foi um marco para a MUSA, caracterizado pela superação de metas operacionais e pela consolidação de nossa eficiência em um mercado de commodities desafiador. Apesar da redução de 6,2% no preço médio de referência do minério de ferro no mercado internacional, a Companhia demonstrou alta capacidade de resiliência. Alcançamos um recorde histórico de vendas de 9,6 milhões de toneladas, um crescimento expressivo de 13,9% em relação a 2024, reafirmando a robustez de nossos ativos e a competência de nossas equipes. Os menores descontos para qualidade do produto vendido, aliado ao maior volume de vendas, suportaram o crescimento dos resultados da Companhia.

Ambiental, Social e Governança

Como parte de sua estratégia corporativa, a Companhia implementa ações de ESG (Environmental, Social and Governance) com foco no desenvolvimento sustentável. As ações são alinhadas aos três pilares: social, ambiental e de governança.

Meio Ambiente
• Proteção e uso eficiente dos recursos naturais, com foco em energia, recursos hídricos, fauna e flora.

Social
• Saúde e segurança ocupacional;
• Desenvolvimento local e relacionamento com comunidades.

Governança
• Inovação tecnológica em excelência operacional e desenvolvimento de produtos;
• Gestão de risco – segurança das operações e logística, e saúde financeira.

Agenda ESG

Biodiversidade

Dentre os programas de conservação e proteção de áreas verdes, destaca-se a preservação da Pedra Grande, classificada pela Companhia como um bem intocável. Adicionalmente, investimentos são constantemente direcionados para os programas, Recuperação Florestal, Pegadas da Serra e o Monitoramento da Fauna.

Figura 1-Área de compensação e recuperação- Morro da Onça

• Projeto Recuperação Florestal

A Mineração Usiminas adota uma série de medidas voltadas à proteção dos remanescentes de vegetação nativa nas áreas do entorno de seus empreendimentos. Essa condição pode ser observada na distribuição das áreas de reserva legal nas propriedades da empresa e pela implementação de diversas áreas de compensação florestal. Esse planejamento permitiu a formação de grandes áreas com potencial de formação de corredores ecológicos, que favorecem o fluxo gênico entre as espécies da fauna e da flora, contribuindo para a preservação desses ecossistemas.

O conjunto das atividades executadas durante o processo de recuperação florestal promovem o enriquecimento biológico dessas áreas por meio da reintrodução de espécies nativas da região, sobretudo de espécies consideradas relevantes ecologicamente. Além disso, podem mitigar a perda da diversidade de plantas de uma região e, consequentemente, diminuir a redução da fragmentação de habitats, a preservação dos recursos hídricos, das áreas de recarga hídrica e ecossistêmicos importantes que garantem os processos naturais locais e regionais.

Em 2025, a Mineração Usiminas plantou 30.350 mudas nativas em aproximadamente 45 hectares voltados à compensação florestal.

• Monitoramento da Fauna

Iniciado em 2012, o programa de monitoramento da fauna silvestre realizado pela Mineração Usiminas abrange diversos grupos faunísticos: Avifauna, Herpetofaua, Ictiofauna, Entomofauna e Mastofauna. Esses monitoramentos vêm demonstrando a viabilidade de coexistência entre produção mineral e manutenção da fauna local. Com essa frente, pretendemos compreender o comportamento, os movimentos e os hábitos desses animais em seu habitat natural, coletando insumos que direcionam nossos esforços de conservação das espécies.

• Pegadas da Serra

O monitoramento visa compreender o padrão de utilização dos habitats por espécies-chave como o lobo-guará, a onça-parda e a jaguatirica, analisando sua relação com a paisagem local. Além disso, o programa busca determinar áreas críticas para a manutenção da conectividade entre habitats, garantindo que as espécies possam se deslocar e interagir com seu ambiente de forma sustentável. Com base nessas análises, ações específicas são delineadas para a conservação e proteção da fauna local. Durante o ano de 2025, a mineração Usiminas monitorou, por meio da telemetria, 4 indivíduos de lobos-guará e 02 indivíduos de Jaguatirica.

Recursos Hídricos

Em nossas operações, a demanda de água se concentra nas fases de beneficiamento do minério de ferro, principalmente nas etapas a úmido e no transporte de rejeitos via rejeitoduto. A água também é utilizada na higienização, no consumo dos trabalhadores, na limpeza das instalações e na aspersão para controle de poeira.

Nosso abastecimento é realizado, principalmente, pelo reuso em nossos processos internos e por meio da captação de água subterrânea na bacia federal do rio São Francisco, especificamente na sub-bacia estadual do rio Paraopeba.

Em 2025, recuperamos 59.685 ML de água e captamos 4.471 ML de água nova de poço, totalizando um consumo de 64.156 ML e uma taxa de 93,03% de reuso, em 2025. A Companhia avalia regularmente os poços de captação de água, seja para o processo produtivo ou consumo humano, é contabilizada por meio de instrumentos medidores de vazão (horímetros e hidrômetros), capazes de quantificar e fornecer uma avaliação sobre consumo e controle.

Emissões de Carbono

Em 2025, a Mineração Usiminas elaborou o seu inventário de gases de efeito estufa (GEE) – Ano Base 2024. O inventário segue os critérios e metodologia do GHG Protocol Corporate Accounting and Reporting Standard. Como resultado, o índice de emissões geradas por tonelada produzida para os escopos 1 e 2 foi de 5,36 kgCO2e/ton.

Totais emissões GEE, 17.582.539 toneladas de CO2e, sendo:
Escopo 1 – 39.332,66 t CO2e
Escopo 2 – 10.046,57 t CO2e
Escopo 3 – 17.533.160,14 t CO2e

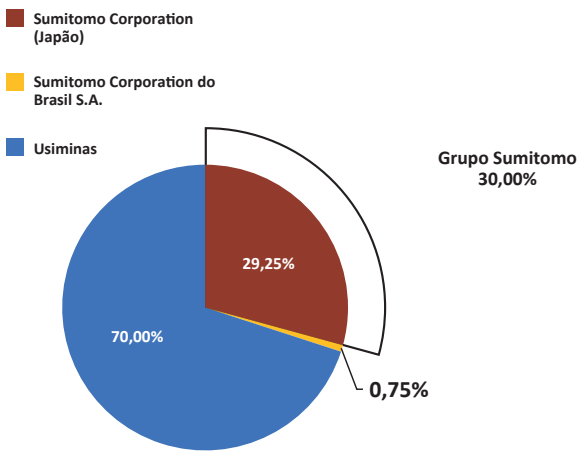
Segurança e sustentabilidade nas operações

A descaracterização da barragem de Samambaia, inativa desde 2021, inclui a instalação temporária de novos instrumentos de monitoramento e revegetação da área com hidrossemeadura, promovendo a reintegração ao ambiente natural. As obras encontram-se em fase final, com previsão de finalização em finais de 2026. Além da barragem de rejeitos, a Mineração Usiminas possui estruturas de contenção de sedimentos, sendo o Dique Oeste a maior delas.

Governança

• Estrutura acionária

O capital social é composto por 2.811.607.351 ações ordinárias. A Usiminas controla 70% do capital, a Sumitomo Corporation Japão detém 29,25%, e a Sumitomo Corporation Brasil 0,75%.



• Administração

A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Estatutária.
A Diretoria Estatutária inclui um diretor presidente, um diretor financeiro e um diretor de desenvolvimento.
O Conselho de Administração possui seis membros efetivos e suplentes, reunindo-se ordinariamente quatro vezes por ano ou extraordinariamente quando necessário.
A Administração também conta com Diretores não Estatutários em posições-chave.

• Remuneração da administração estatutária

A remuneração do pessoal-chave da Administração, inclui a Diretoria Estatutária e o Conselho de Administração, está demonstrada a seguir:

	2025 R$ mil	2024 R$ mil
Honorários	7.721	6.968
Encargos Sociais	1.287	1.245
Total	**9.008**	**8.213**

• Auditores independentes

A norma interna da Companhia, no que diz respeito à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou de objetividade nos trabalhos de auditoria. Esta norma fundamenta-se nos princípios internacionalmente aceitos de que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seus clientes. O Estatuto Social da Companhia também prevê que o Conselho de Administração é responsável por autorizar a contratação de quaisquer outros serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes, levando-se em consideração a recomendação do Comitê de Auditoria.

A Ernest Young (Auditor Independente) foi responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras da Companhia de 31/12/2025, cujos honorários foram de R$ 541,6 mil.

Integridade

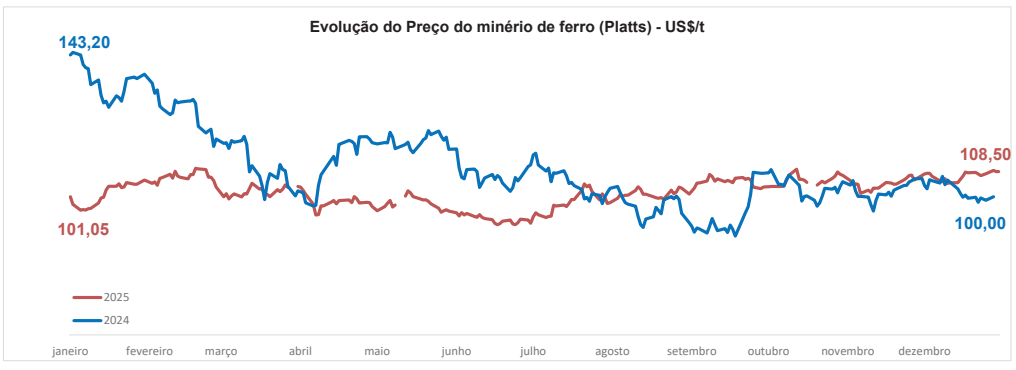
A Mineração Usiminas adota as diretrizes s do programa de Integridade do grupo Usiminas com envolvimento da Alta Administração na promoção da cultura ética, da conformidade e do fortalecimento das práticas de governança corporativa.

No exercício de 2025 foram realizadas *Due Diligences* de Integridade sobre fornecedores mapeados, bem como alinhamentos junto às áreas responsáveis pela interlocução com Entidades Governamentais e divulgações dos temas de anticorrupção para colaboradores, clientes e fornecedores. Permaneceram obrigatórios os treinamentos relativos ao Código de Ética e Conduta e à Política Anticorrupção para novos admitidos. Também foram realizados treinamentos específicos destinados à Alta Administração, reforçando o papel da liderança no estabelecimento do *tone at the top* e na supervisão contínua do Programa de Integridade.

Desempenho operacional e econômico-financeiro

• Conjuntura Econômica

No mercado de minério de ferro, o ano de 2025, apesar da queda no preço médio, foi marcado por uma maior estabilidade no preço comparado a 2024. O preço de venda (referência Platts IODEX 62%) apresentou um valor médio registrado de US$ 102,4/t (-6,6 % vs US$ 109,6/t de 2024).



Principais indicadores da Mineração Usiminas

• Receita Líquida

Em 2025, a receita líquida totalizou R$3,8 bilhões, superior em 27,2% quando comparada a 2024 (R$3,0 bilhões). Tal elevação ocorreu como consequência da combinação do maior volume vendido, menores descontos por diferenciais de preço e qualidade do material, depreciação do Real frente ao Dólar, que, na média, variou 3,7% entre os períodos e maior participação das vendas com frete marítimo de 60% (55% em 2024), sendo parcialmente compensado por menores preços do minério de ferro.

• Custos dos produtos vendidos

O custo do produto vendido – CPV totalizou R$ 3,0 bilhões em 2025, superior em 21,1% quando comparado ao ano anterior (R$ 2,5 bilhões), associado ao maior volume vendido de +13,9% vs 2024, principalmente para a exportação de +22,5% vs 2024. Em termos unitários, o CPV/ton foi de R$307,7/t, superior em 6,4% em comparação a 2024 (R$289,3/t), consequência maiores custos com logístico atrelado ao maior mix de vendas para exportação mencionados anteriormente.

• Despesas de vendas, gerais e administrativas

As Despesas com Vendas, que inclui as tarifas portuárias, totalizaram R$ 346 milhões em 2025, uma elevação de 31,6% em relação a 2024 (R$ 263 milhões) em consequência de maiores custos portuários das exportações associado ao maior volume e a maiores vendas com condição comercial com custos portuários a cargo da Companhia.

As Despesas Gerais e Administrativas totalizaram R$53 milhões, se mantendo em linha quando comparado ao ano anterior (R$52 milhões).

• Outras despesas e receitas operacionais

Em 2025, as Outras Receitas (Despesas) Operacionais apresentaram resultado negativo de R$80 milhões (2024: R$90 milhões negativo). A variação entre períodos é principalmente explicada pela reversão parcial de provisão de Impairment de R$11 milhões (efeito excluído do cálculo do EBITDA Ajustado) de uma propriedade disponível para venda da Companhia. Caso seja excluído este efeito, a variação se mantém em linha entre períodos.

• EBITDA

Em 2025, o EBITDA da companhia alcançou R$ 632 milhões, representando uma elevação de 46,2% em relação a 2024 (R$ 433 milhões). A margem do EBITDA foi de 16,8% em 2025 (2024: 14,6%).

• Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido de 2025 foi de R$ 98 milhões contra R$ 339 milhões em 2024, uma redução de R$ 241 milhões, devido principalmente ao impacto de variação cambial registrada em 2025 sobre o caixa e contas a receber em moeda estrangeira parcialmente compensado pelo maior rendimento sobre as aplicações financeiras.

• Resultado de equivalência patrimonial

Além da participação em outras empresas, a Companhia detém 83,3% da UPL (Usiminas Participações e Logística), empresa que possui 11,2% do capital da MRS Logística, que apresentou maiores resultados em comparação ao ano anterior. Com isso, o resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas em conjunto foi de R$ 164 milhões no ano de 2025 e R$ 149 milhões em 2024.

• Lucro Líquido

O lucro líquido do período totalizou R$ 488 milhões em 2025, aumento de R$ 7 milhões em relação ao ano 2024 (R$ 481 milhões). O caixa líquido encerrou o período em R$ 2,4 bilhões, superior em 7,6% ao ano de 2024, que foi de R$ 2,2 bilhões.

Segmento Mineração - EBITDA ajustado

O EBITDA divulgado pela sua Controladora inclui a performance financeira da UPL (Usiminas Participações e Logística) e da participação de 50% na Modal, empresa dedicada a operações de terminais de cargas rodoviários e ferroviários. O EBITDA ajustado foi de R$ 636 milhões no ano de 2025, superior em 45,5% ao ano de 2024.

R$ Milhões	2025	2024	Var. 2025/2024
Lucro (prejuízo) Líquido do exercício	516.554	506.772	1,93%
Imposto de renda / Contribuição Social	95.660	113.708	-15,87%
Resultado Financeiro	(97.708)	(338.665)	-71,15%
Depreciação e amortização	322.660	329.119	-1,96%
EBITDA (Instrução CVM 156)	837.166	610.934	37,03%
Participação no resultado controladas em conjunto	(194.486)	(176.150)	10,41%
Impairment direito minerário	(11.922)	(3.620)	229,34%
EBITDA proporcional de controladas em Conjunto	5.229	5.562	-5,99%
EBITDA Ajustado	635.987	436.726	45,6%

• Investimentos (CAPEX)

Em 2025, a Mineração Usiminas dá continuidade em seus investimentos focando em sua continuidade operacional e melhorias nos tópicos de saúde & segurança e meio ambiente, tendo-se como destaques do ciclo, investimentos em infraestrutura de restaurantes, vestiários e laboratório, compensações florestais com replantios de grandes áreas e melhorias na segurança de seus paióis de explosivos, além da continuidade do desenvolvimento de estudos para o Projeto Compactos, somado a outras demandas estratégicas que visam trazer perenidade às operações.

Eventos Subsequentes

Alteração da Moeda Funcional

Em 26 de fevereiro de 2026, a Conselho de Administração aprovou a alteração da moeda funcional utilizada pela Mineração Usiminas, do real para o dólar norte-americano, a ser efetivada na elaboração das suas demonstrações contábeis iniciadas em 1º de janeiro de 2026.

Em conformidade com as normas aplicáveis, a Companhia continuará a utilizar o real como moeda de apresentação de suas demonstrações contábeis. Assim, os valores registrados nas demonstrações elaboradas na nova moeda funcional serão convertidos para o real para fins de apresentação e divulgação.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em milhares de reais

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.502.304	1.829.939
Títulos e valores mobiliários	9	908.127	409.580
Contas a receber de clientes	10	443.756	420.169
Estoques	11	155.911	152.243
Impostos a recuperar	12	49.282	41.735
Dividendos a receber	31	33.018	30.845
Instrumentos financeiros derivativos	6	-	1.045
Demais valores a receber		22.219	27.924
Total do ativo circulante		3.114.617	2.913.480
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	597.927	546.272
Depósitos judiciais	15	332.794	267.224
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	24	11.466	10.459
Adiantamentos contratuais	13	403.817	367.255
Estoques	11	205.253	104.009
Impostos a recuperar	12	21.244	1.143
Demais valores a receber		162	151
		1.572.663	1.296.513
Investimentos	16	830.501	719.360
Propriedades para investimentos		86.694	74.772
Imobilizado	17	1.233.704	1.400.023
Intangível	18	1.651.240	1.673.258
Total do ativo não circulante		5.374.802	5.163.926
Total do ativo		8.489.419	8.077.406

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores, empreiteiros e fretes	20	370.053	272.371
Salários e encargos sociais		46.429	48.725
Tributos a recolher	21	29.637	25.289
Passivos de arrendamento	22	15.938	16.076
Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	203	-
Instrumentos financeiros derivativos	6	5.680	-
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) a pagar	25	11.181	28.790
Obrigação para recuperação ambiental	23	11.839	52.342
Demais contas a pagar		49.266	12.430
Total do passivo circulante		540.226	456.023
Não circulante			
Passivos de arrendamento	22	14.081	29.323
Obrigação para recuperação ambiental	23	250.452	248.790
Provisão para demandas judiciais	24	88.196	78.620
Valores a pagar a empresas ligadas	31	-	27.612
Demais contas a pagar		4.651	1.828
Total do passivo não circulante		357.380	386.173
Total do passivo		897.606	842.196
Patrimônio líquido	25		
Capital social		3.616.788	3.441.042
Reservas de lucros		3.970.235	3.792.536
Ajuste de avaliação patrimonial		4.790	1.632
Total do patrimônio líquido		7.591.813	7.235.210
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.489.419	8.077.406

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - Em milhares de reais

	Nota	Exercícios findos em 31/12/2025	31/12/2024
Receita	26	3.765.704	2.960.663
Custo das vendas	27	(2.966.713)	(2.449.816)
Lucro (prejuízo) bruto		798.991	510.847
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	29	(346.017)	(262.866)
Despesas gerais e administrativas	29	(52.484)	(51.796)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	(78.712)	(88.910)
Participação no resultado de controladas em conjunto e coligadas	16	163.941	148.605
		(313.272)	(254.967)
Lucro (prejuízo) operacional		485.719	255.880
Resultado financeiro	30	97.699	338.542
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		583.418	594.422
Imposto de renda e contribuição social	14		
Corrente		(148.922)	(68.554)
Diferido		53.262	(45.133)
		(95.660)	(113.687)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		487.758	480.735

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - Em milhares de reais

	Nota	Exercícios findos em 31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		487.758	480.735
Outros componentes do resultado abrangente:			
Item que não será reclassificado subsequentemente para o resultado			
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria, líquido de impostos		40	3.383
Item que poderá ser reclassificado subsequentemente para o resultado			
(Constituição) reversão de *hedge accounting*, líquido de impostos	6	3.118	(3.427)
Total de outros componentes do resultado abrangente		3.158	(44)
Total do resultado abrangente do exercício		490.916	480.691

Os itens da demonstração do resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados na Nota 14.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva Legal	Reservas de lucros: Para investimentos e capital de giro	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2023	3.194.541	215.491	3.472.053	1.676	-	6.883.761
Resultado abrangente do exercício						
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	480.735	480.735
Hedge accounting	-	-	-	(3.427)	-	(3.427)
Ganho (perda) atuarial	-	-	-	3.383	-	3.383
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	(44)	480.735	480.691
Aumento de capital	246.500	-	(246.500)	-	-	-
Constituição de reservas	-	24.037	327.456	-	(351.493)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(129.242)	(129.242)
Em 31 de dezembro de 2024	3.441.041	239.528	3.553.009	1.632	-	7.235.210
Resultado abrangente do exercício						
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	487.758	487.758
Hedge accounting	-	-	-	3.118	-	3.118
Ganho (perda) atuarial	-	-	-	40	-	40
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	3.158	487.758	490.916
Aumento de capital	175.747	-	(175.747)	-	-	-
Constituição de reservas	-	24.387	329.058	-	(353.445)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(134.313)	(134.313)
Em 31 de dezembro de 2025	3.616.788	263.915	3.706.320	4.790	-	7.591.813

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA - Em milhares de reais

	Nota	Exercícios findos em 31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		487.758	480.735
Ajustes para conciliar o resultado			
Encargos e variações monetárias/cambiais líquidas		(75.745)	(61.837)
Despesas de juros		(3.381)	-
Depreciação, amortização e exaustão	27	322.660	329.119
Resultado na venda/baixa de imobilizado/investimento		646	(622)
Participação no resultado de controladas em conjunto e coligadas	16	(163.941)	(148.605)
Perda (reversão) por valor recuperável de ativos (*impairment)*		(11.922)	(3.620)
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	148.922	68.554
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(53.262)	45.133
Constituição (reversão) de provisões		58.639	9.982
(Acréscimo) decréscimo de ativos			
Contas a receber de clientes		(16.205)	299.985
Estoques		(155.903)	(71.206)
Impostos a recuperar		(86.165)	(35.383)
Depósitos judiciais		(37.130)	(36.099)
Adiantamentos contratuais		(36.573)	(40.121)
Outros		74.261	(44.571)
Acréscimo (decréscimo) de passivos			
Fornecedores		97.682	(39.070)
Tributos a recolher		(13.220)	(24.848)
Outros		(74.488)	(178.544)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(116.704)	(73.157)
Operações de instrumentos financeiros derivativos		(43.430)	22.817
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		302.225	498.642
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Títulos e Valores mobiliários		(498.547)	(34.952)
Compras de imobilizado	17	(105.663)	(154.590)
Valor recebido pela venda de imobilizado		-	622
Redução de capital em subsidiária		(44)	-
Compras de intangível	18	(10.077)	(6.968)
Dividendos recebidos		50.706	43.018
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento		(563.625)	(152.870)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de passivos de arrendamento		(15.224)	(25.282)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(134.354)	(107.160)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		(149.578)	(132.442)
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa		83.343	88.152
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa		(327.635)	301.482
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.829.939	1.528.457
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.502.304	1.829.939
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa		(327.635)	301.482

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mineração USIMINAS

Mineração Usiminas S.A.
CNPJ Nº 12.056.613/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mineração Usiminas S.A. ("Mineração Usiminas"; ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, cujos acionistas são a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS ("Usiminas") com participação de 70% do capital social e o Grupo Sumitomo Corporation, com participação de 30%.
A Companhia e suas empresas controladas em conjunto e coligadas, tem como principais atividades a exploração de jazidas minerais e comercialização de minério de ferro, transporte ferroviário, logística e operação de terminais de cargas. Atualmente, possui instalações de tratamento de minério de ferro, nas cidades de Itatiaiuçu e Mateus Leme, Estado de Minas Gerais, com capacidade anual de produção de 12 milhões (não auditado) de toneladas. A produção da Mineração Usiminas é, substancialmente, destinada ao mercado externo e ao consumo da sua controladora Usiminas.
A Companhia mantém participação, direta ou indireta, nas empresas controladas em conjunto e coligadas a seguir:
(a) Empresa controlada em conjunto

Empresa	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Modal Terminal de Granéis Ltda.	50	50	Itaúna/ MG	Operação de terminais de cargas rodoviários e ferroviários, armazenamento e manuseio de minério de ferro e produtos siderúrgicos, além de transporte rodoviário de cargas.

(b) Empresas coligadas

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Terminal de Cargas Sarzedo Ltda.	22,22	22,22	Sarzedo/MG	Armazenamento, movimentação e transporte de cargas e operação de terminal.
Usiminas Participações e Logística S.A.	83,30	49,90	Belo Horizonte/MG	Investimento na MRS Logística S.A, da qual possui 11,20% do capital social e integra o grupo de controle (i).
Terminal de Cargas de Paraopeba Ltda.	22,22	22,22	Sarzedo/MG	Armazenamento, movimentação e transporte de cargas e operação de terminal.

(i) A MRS é uma operadora logística que administra uma malha ferroviária que abrange os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

2. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de abril de 2026.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão definidas a seguir.
Políticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.
As políticas contábeis, que foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, são consistentes com o exercício anterior apresentado e comuns à Companhia, às suas coligadas e controladas em conjunto, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas foram ajustadas para atender a esses critérios.
3.1. Base de preparação e declaração de conformidade
As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional e ainda considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos, quando houver) mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício.
A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, além do exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.
As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as normas internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – "IFRS"*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.
3.2. Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas
A Companhia classifica os seus empreendimentos da seguinte forma:
• coligadas são as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa por meio da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detêm o controle ou o controle em conjunto sobre essas políticas; e
• controladas em conjunto são as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes.
Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia utilizou, para fins de equivalência patrimonial, em consonância com o CPC 18 (R2) e IAS 28, as demonstrações financeiras de 30 de novembro de 2024 das coligadas Terminal de Cargas Sarzedo Ltda, Terminal de Cargas de Paraopeba Ltda e da controlada em conjunto Modal Terminal de Granéis Ltda. O exercício social da coligada Usiminas Participações e Logística S.A (UPLS) é coincidente com o da Companhia.
A participação nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação nas perdas de uma coligada ou controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.
As políticas contábeis das coligadas e das controladas em conjunto são ajustadas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.
3.3 . Conversão de moeda estrangeira
(a) Moeda funcional e moeda de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados com base na moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em real (R$), que é a moeda funcional da Companhia.
(b) Transações e saldos
As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado.
Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.
3.4. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários
(a) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.
(b) Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários referem-se aos investimentos de alta liquidez, cuja intenção da Administração não objetiva atender a compromissos de curto prazo.
3.5. Ativos financeiros
(a) Classificação
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e valor justo por meio do resultado ("FVTPL").
Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:
• o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
• os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.
Um instrumento de dívida é mensurado no FVOCI somente se atender ambas as condições a seguir:
• o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
• os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.
Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.
Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.
(b) Reconhecimento e mensuração
As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de venda. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.
(c) Valor recuperável (*impairment*) de ativos mensurados ao custo amortizado
A Companhia avalia no fim de cada exercício, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:
• dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador;
• uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal;
• probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e
• extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.
(d) Desreconhecimento de ativos financeiros
Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando:
• os direitos de receber os fluxos de caixa do ativo expirarem; e
• a Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transfere e não retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre esse ativo.
Quando a Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa proveniente de um ativo ou executa um acordo de repasse e não o transfere ou o retém substancialmente, todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.
(e) Compensação de ativos financeiros
Os ativos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
3.6. Passivos financeiros
(a) Reconhecimento e mensuração
Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e as suas eventuais mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.
Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar e instrumentos financeiros derivativos. As contas a pagar, são acrescidas dos custos da transação diretamente relacionados.
(b) Mensuração subsequente
Após o reconhecimento inicial, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. A Administração da Companhia estimou as taxas de desconto, para o passivo de arrendamento, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado nacional adicionado pelo *spread* e ajustadas aos prazos de seus contratos de arrendamento.
(c) Desreconhecimento de passivos financeiros
Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.
Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença, nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.
(d) Compensação de passivos financeiros
Os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
3.7. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*
Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo por meio do resultado.
Conforme descrito na Nota 6, a Companhia utiliza contratos de derivativos com objetivo de *hedge* de fluxo de caixa. A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida em outros resultados abrangentes, enquanto qualquer parcela inefetiva é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. A reserva de *hedge* de fluxo de caixa é ajustada ao menor valor entre o ganho ou a perda acumulada no instrumento de hedge e a mudança acumulada no valor justo do item objeto de *hedge*.
3.8. Estoques
Os estoques são demonstrados ao custo médio das aquisições ou da produção (média ponderada móvel) ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.
O almoxarifado contém materiais de manutenção e reposição, os quais estão disponíveis para consumo imediato independentemente do giro, que pode ser superior a 12 meses em determinadas situações estratégicas.
O custo de aquisição e produção é acrescido dos gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzindo os custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. A Companhia utilizou o preço estimado de venda no curso normal dos negócios como premissa do valor líquido realizável para determinados itens do almoxarifado.
3.9. Depósitos judiciais
Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo, em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente, atualizados monetariamente e com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura.
3.10. Imobilizado
O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação. Os componentes principais de alguns bens do imobilizado, quando de sua reposição, são contabilizados como ativos individuais e separados utilizando-se a vida útil específica desse componente. O componente substituído é baixado. Os gastos com as manutenções efetuadas para manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos no resultado durante o período em que são incorridos. Os gastos com engenharia, pesquisas, estudos e exploração são contabilizados como despesas operacionais até a comprovação efetiva da viabilidade econômica de um determinado projeto, a partir de então, os gastos incorridos são contabilizados como ativo imobilizado.
A depreciação do ativo imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Exceção se aplica aos custos para desativação de minas (obrigações para recuperação ambiental), cujos critérios estão descritos na Nota 3.15 e tem a movimentação do saldo apresentado na Nota 17.
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, durante o exercício.
O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado caso ele seja maior do que o seu valor recuperável estimado.
A Companhia possui peças e sobressalentes de reposição destinadas à manutenção de itens do ativo imobilizado, que possuem vida útil estimada superior a 12 meses. Desta forma, o saldo dos estoques dessas peças e sobressalentes está classificado no grupo do ativo imobilizado.
3.11 . Propriedades para investimento
As propriedades para investimentos são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimentos são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimentos são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados. Propriedades para investimentos são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no exercício da baixa.
3.12 . Ativos intangíveis
(a) Ágio
O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.
O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.
(b) Direitos minerários
Os direitos minerários são registrados pelo valor de aquisição e deduzidos com base na exaustão das reservas minerais.
Os direitos minerários provenientes de aquisição de empresas são reconhecidos pelo valor justo considerando a alocação dos ativos e dos passivos adquiridos.
A exaustão dos direitos minerários é realizada de acordo com a exploração das reservas minerais, utilizando o método de unidade de produção.
(c) Programas de computador (*softwares*)
As licenças adquiridas de programas de computador (*softwares*) são capitalizadas e amortizadas pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 18.
3.13. Valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros
Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.
Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.
3.14. Provisões para demandas judiciais
As provisões para demandas judiciais, relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor pode ser feita.
3.15. Obrigação para recuperação ambiental
A provisão para gastos com recuperação ambiental, quando relacionados com a construção ou aquisição de um ativo, é registrada como parte dos custos desses ativos e leva em conta as estimativas da Administração Mineração Usiminas S.A.
As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.
A Companhia reconhece uma obrigação referente aos custos esperados para o fechamento de uma determinada mina e desativação dos ativos minerários vinculados no período em que elas ocorrerem, trazido ao valor presente. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Estas estimativas são revisadas anualmente.
3.16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos
Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio ou no resultado abrangente.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, é apresentado pelo valor líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.
3.17. Benefícios a empregados
(a) Plano de suplementação de aposentadoria
A Companhia oferece aos seus colaboradores planos de previdência complementar, os quais são administrados pela Previdência Usiminas, que concedem a seus empregados benefícios complementares de aposentadoria e pensão.
Atualmente, o único Plano aberto oferecido aos empregados da Companhia para novas adesões é o plano denominado USIPREV, classificado na modalidade de Contribuição Variável (CV). Entretanto, o participante inscrito no plano até 13 de abril de 2011, denominado Participante Fundador, poderá optar por converter seu saldo de conta em uma renda mensal vitalícia. Neste caso, durante a fase de recebimento do benefício, o USIPREV terá características de um plano da modalidade Benefício Definido (BD).
O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado aos planos na modalidade de Benefício Definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: (i) por ganhos e perdas atuariais; (ii) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e (iii) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.
Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram. As contribuições são reconhecidas como despesas no período em que são devidas.
(b) Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados e empregados
A Companhia registra as obrigações de acordo com a legislação vigente, que assegura, aos colaboradores que contribuíram com o plano de saúde, o direito de manutenção como beneficiário quando da sua aposentadoria, desde que assumam o pagamento integral das contribuições. O prazo de manutenção após a aposentadoria é de um ano para cada ano de contribuição e se a contribuição ocorreu por pelo menos dez anos, o prazo para permanência é indefinido.
Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes.
(c) Participação nos lucros e resultados
A Companhia provisiona a participação de empregados nos lucros e resultados, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas a seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas de "Custos das vendas", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas", de acordo com a alocação do empregado
3.18. Reconhecimento de receita
A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. O seu reconhecimento é com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e as receitas e custos puderem ser mensurados com segurança.
As vendas de produtos da Companhia se referem, basicamente, a minério de ferro na forma de *sinter feed, pellet feed* e granulados. A Companhia reconhece a receita na data em que o produto é entregue ao comprador em conformidade à condição contratual. Em certos casos, o preço de venda é determinado provisoriamente na data da venda e ajustado subsequentemente conforme a oscilação dos preços cotados de mercado até à data da fixação do preço final.
3.19. Receita e despesa financeira
A receita financeira é decorrente, principalmente, dos instrumentos financeiros ativos, como contas a receber de clientes e aplicações financeiras, cujos juros e rendimentos são reconhecidos conforme o prazo decorrido, em base "*pro rata temporis*", usando o método da taxa de juros efetiva.
A despesa financeira é decorrente, principalmente, dos instrumentos financeiros passivos e provisões para demandas judiciais, cujos juros e atualizações monetárias são reconhecidos conforme o prazo decorrido, em base "*pro rata temporis*", usando o método da taxa de juros efetiva.
3.20. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio
A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Os valores acima do mínimo obrigatório requerido por lei somente são provisionados quando aprovados em Assembleia de acionistas.
O benefício tributário dos juros sobre capital próprio foi considerado na apuração de imposto de renda e contribuição social. Nas demonstrações financeiras da Companhia, os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento contábil dos dividendos.
3.21. Operações de arrendamento mercantil
A Companhia, na condição de arrendatária, reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Companhia reconhece novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A Companhia reconhece uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento. A Administração da Companhia estimou as taxas de desconto, para o passivo de arrendamento, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado nacional adicionado pelo *spread* e ajustadas aos prazos de seus contratos de arrendamento.
3.22. Normas emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025
A Companhia está avaliando as mudanças e não espera que a adoção das normas a seguir tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em períodos futuros.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7	Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas:
• IFRS 1	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade)
• IFRS 7	Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7
• IFRS 9	Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros)
• IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas)
• IAS 7	Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa)

4. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.
4.1. Julgamentos
No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:
Classificação do controle de investimentos
A Companhia efetua a classificação de seus investimentos nos termos previstos pelo CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e pelo CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto e cuja aplicação está sujeita a julgamento na determinação do controle e da influência significativa exercida pela Companhia sobre seus investimentos. A Companhia possui investimento classificado como Empreendimento Controlado em Conjunto, uma vez que o controle é compartilhado independentemente do seu percentual de participação no capital social da investida.
4.2. Estimativas e premissas
As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:
(a) Valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros
Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio e demais ativos de longo prazo. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais exista fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os valores recuperáveis das UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 19).
(b) Imposto de renda e contribuição social e outros créditos tributários
A Administração revisa regularmente os tributos diferidos ativos quanto à possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica (Nota 14 (b)).
(c) Valor justo de instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros
O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação. Portanto, a Administração da Companhia avalia diversos métodos e premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de encerramento do balanço.
(d) Benefícios de planos de aposentadoria
O valor atual de obrigações de planos de aposentadoria é composto por premissas que são apuradas com base em cálculos atuariais. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de aposentadoria, está a taxa de desconto.
A Companhia apura a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas.
Outras premissas para as obrigações de planos de aposentadoria baseiam-se em condições atuais do mercado.
(e) Provisões para demandas judiciais
Como descrito na Nota 24, a Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais classificadas, por consultores jurídicos internos e externos, com expectativa de perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos da Companhia.
(f) Obrigação para recuperação ambiental e para desmobilização de ativos
A Companhia provisiona os custos esperados para a desativação futura das suas operações e a reparação ambiental das áreas impactadas por sua atividade. A determinação do valor da provisão é realizada considerando levantamento técnico especializado. No reconhecimento da provisão, os custos estimados são capitalizados no ativo imobilizado e depreciados pela vida útil dos ativos minerários correspondentes, gerando uma despesa que é reconhecida no resultado do exercício. Para os exercícios de 2025 e de 2024, foi considerado o Índice de Preços ao Consumidos Amplo (IPCA) para a correção mensal do saldo da provisão para recuperação ambiental.
(g) Taxas de vida útil do ativo imobilizado
A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros da Companhia ou consultores externos, que são revisados anualmente.

5. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A Administração da Companhia realiza a gestão de riscos financeiros, que visa reduzir os impactos sobre os seus ativos e passivos financeiros, além do fluxo de caixa. A referida gestão de riscos está em consonância com a política financeira da sua controladora Usiminas. A Administração da Companhia avalia, acompanha e adota, quando necessário, medidas para mitigar esses riscos, inclusive contratando instrumentos financeiros derivativos para esse fim.
5.1. Fatores de risco financeiro
A Mineração Usiminas, em conformidade com suas atividades, está exposta a diversos riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco cambial, risco de taxa de juros, risco de valor justo, risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de Administração da Companhia estabelece normas e políticas para a gestão desses riscos, principalmente, por meio do uso de instrumentos financeiros e de investimentos de caixa.
5.2. Política de utilização dos instrumentos financeiros
A política de gestão de ativos e passivos financeiros tem os objetivos de: (i) manter a liquidez desejada; (ii) definir nível de concentração de suas operações; e (iii) controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro.
A Administração da Mineração Usiminas monitora os riscos aos quais está exposta e avalia a necessidade da contratação de operações de derivativos, visando minimizar os impactos sobre os seus ativos e passivos financeiros e para reduzir a volatilidade em seu fluxo de caixa causado, principalmente, pela exposição cambial, bem como pelos efeitos do preço de minério de ferro.
5.3. Política de gestão de riscos financeiros
(a) Risco de crédito
O risco de crédito decorre, substancialmente, da relação com instituições financeiras nas quais a Companhia mantém recursos financeiros, de empresas abertas, cujos títulos e papéis são adquiridos, bem como pela exposição ao crédito a clientes.
Como forma de mitigar o risco de crédito, no que diz respeito ao caixa e equivalentes de caixa, a Mineração Usiminas relaciona-se, exclusivamente, com instituições financeiras de primeira linha.
Quanto às aplicações financeiras, são negociados somente títulos e papéis de entidades classificadas com *rating* mínimo "A-" pelas agências de *rating* internacionais, além de obedecerem a outros critérios, como patrimônio líquido e concentração de caixa por instituição.
A política de vendas da Mineração Usiminas procura minimizar os eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes. As áreas financeira e comercial avaliam e acompanham o desempenho dos clientes, que são selecionados de acordo com sua a capacidade de pagamento, índice de endividamento, além de demais avaliações do balanço patrimonial.
(b) Risco de liquidez
A política responsável pela gestão de ativos e passivos financeiros envolve análise das contrapartes da Mineração Usiminas por meio da avaliação das demonstrações financeiras, do patrimônio líquido e do *rating*. Esse controle visa assegurar à Companhia a liquidez desejada, definir nível de concentração de suas operações, além de controlar o grau de exposição aos riscos do mercado financeiro, pulverizando assim o risco de liquidez.
A previsão do fluxo de caixa é elaborada com base no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Quando necessário, a previsão do fluxo de caixa é revisada e atualizada. Em 31 de dezembro de 2025, o caixa mantido pela Mineração Usiminas estava investido em certificados de depósitos bancários (CDBs), operações em compromissadas e fundos de investimentos.
A tabela a seguir apresenta os passivos financeiros da Mineração Usiminas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.
Os valores divulgados na tabela a seguir referem-se aos fluxos de caixa não descontados contratados:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2025				
Fornecedores	318.891	-	-	-
Valores a pagar a empresas ligadas	51.162	-	-	-
Passivos de arrendamento	18.051	13.013	1.837	102
Instrumentos Financeiros derivativos	5.680	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	218.397	-	-	-
Valores a pagar a empresas ligadas	53.974	-	-	-
Passivos de arrendamento	19.624	19.067	12.531	654
Instrumentos Financeiros derivativos	1.045	-	-	-

(c) Risco cambial
(i) Exposição em moeda estrangeira
A Mineração Usiminas atua internacionalmente e, portanto, está exposta ao risco cambial de moedas estrangeiras, substancialmente em relação ao dólar dos Estados Unidos da América. A seguir, está demonstrada a exposição líquida ativa em moeda estrangeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa e equivalentes de caixa	364.087	563.667
Títulos e valores mobiliários	407.279	-
Contas a receber de clientes	399.344	317.337
	1.170.710	881.004
Passivos em moeda estrangeira		
Fornecedores	(24.510)	(1.690)
Exposição líquida	1.146.200	879.314

(ii) Análise de sensibilidade - risco cambial dos ativos e passivos em moeda estrangeira
A análise a seguir estima o impacto negativo sobre o resultado financeiro futuro da Companhia da eventual variação desfavorável da taxa de câmbio do real frente ao dólar norte-americano (R$/US$). Em 31 de dezembro de 2025, considerando a exposição líquida ativa do patrimônio em moeda estrangeira, foram definidos três cenários de análise. O cenário I considera redução de 5% do valor da taxa de câmbio (R$/US$) vigente em 31 de dezembro de 2025. Os cenários II e III consideram uma redução de 25% e de 50%, respectivamente, da mesma variável.

		31/12/2025		
Moeda	**Taxa de câmbio no fim do exercício**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
US$	5,5024	5,2273	4,1268	2,7512

Os ganhos (perdas) no resultado financeiro, considerando os Cenários I, II e III, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025		
Moeda	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
US$	(57.306)	(286.550)	(573.100)

(d) Risco de taxa de juros
A Companhia possui aplicações financeiras em real (R$) indexadas à variação de taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e aplicações à taxa fixa em dólar norte-americano no exterior. A exposição líquida à variação de taxa de juros é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos em CDI		
Caixa e equivalentes	1.137.604	1.261.339
Fundos de investimento	459.348	-
Títulos e valores mobiliários	41.500	409.580
Exposição líquida	1.638.452	1.670.919

(i) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros
A análise a seguir estima o impacto negativo sobre o resultado financeiro futuro da Companhia da eventual variação desfavorável da taxa de juros indexada ao CDI. Em 31 de dezembro de 2025, considerando a exposição líquida ativa do patrimônio à variação na taxa de juros indexada ao CDI, foram definidos três cenários de análise. O cenário I considera redução de 5% do valor da taxa de juros vigente em 31 de dezembro de 2025. Os cenários II e III consideram redução de 25% e de 50% respectivamente da mesma variável.
A análise de sensibilidade de variação dos juros com base nos seus respectivos cenários está demonstrada a seguir:

		31/12/2025		
Indexador	**Taxa de juros no fim do exercício**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
CDI	14,90%	14,16%	11,18%	7,45%

Os ganhos (perdas) no resultado financeiro, considerando os Cenários I, II e III, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025		
Indexador	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
CDI	(12.125)	(60.950)	(122.065)

5.4. Gestão de capital
A gestão de capital da Companhia visa estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade do negócio, bem como oferecer o retorno esperado aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui passivos financeiros relevantes, além de possuir um importante nível de caixa, o qual poderá ser utilizado em projetos futuros.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia participa em operação de instrumentos financeiros derivativos de preço de minério de ferro e de câmbio com o objetivo de proteger a sua posição patrimonial e o seu fluxo de caixa. Para isso, a Administração da Companhia analisa os preços futuros do minério e o valor futuro da taxa de câmbio (R$/US$) para decidir sobre a contratação de coberturas financeiras.
A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos. Adicionalmente, adota a política de não liquidar as suas operações antes dos seus respectivos vencimentos originais e de não efetuar pagamentos antecipados de seus instrumentos financeiros derivativos.
Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía as seguintes operações de instrumentos financeiros derivativos:

Objeto de hedge	Faixas de vencimento mês/ano	INDEXADOR		VALOR DE REFERÊNCIA (valor contratado - Nocional)				VALOR JUSTO (MERCADO) - CONTÁBIL		Resultado do período
				31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
		Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa (passiva)	Posição ativa (passiva)	Ganho (perda)
PROTEÇÃO DE PREÇO DE COMMODITIES										
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	01/25	Minério FWD USD 97,56	Minério_Fut_SCOZ4	-	-	R$79.632	R$79.632	-	(5.604)	(5.604)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	01/25	Minério FWD USD 105,21	Minério_Fut_SCOZ4	-	-	R$87.109	R$87.109	-	1.484	1.484
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/25	Minério FWD USD 107,08	Minério_Fut_SCOF5	-	-	R$43.385	R$43.385	-	2.819	2.403
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/25	Minério FWD USD 106,1	Minério_Fut_SCOF5	-	-	R$43.785	R$43.785	-	2.367	1.974
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	03/25	Minério FWD USD 100,47	Minério_Fut_SCOG5	-	-	R$82.035	R$82.035	-	(21)	(5.683)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	04/25	Minério FWD USD 103,00	Minério_Fut_SCOH5	-	-	-	-	-	-	491
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	0525	Minério FWD USD 107,62	Minério_Fut_SCOJ5	-	-	-	-	-	-	2.224
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	05/25	Minério FWD USD 108,04	Minério_Fut_SCOJ5	-	-	-	-	-	-	2.090
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	05/25	Minério FWD USD 99,65	Minério_Fut_SCOJ5	-	-	-	-	-	-	(1)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	05/25	Minério FWD USD 99,65	Minério_Fut_SCOJ5	-	-	-	-	-	-	(57)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	05/25	Minério FWD USD 99,65	Minério_Fut_SCOJ5	-	-	-	-	-	-	(123)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	08/25	Minério FWD USD 99,60	Minério_Fut_SCON5	-	-	-	-	-	-	403
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	08/25	Minério FWD USD 100,00	Minério_Fut_SCON5	-	-	-	-	-	-	739
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	09/25	Minério FWD USD 95,13	Minério_Fut_SCOQ5	-	-	-	-	-	-	(3.708)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	09/25	Minério FWD USD 94,18	Minério_Fut_SCOQ5	-	-	-	-	-	-	(3.335)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	09/25	Minério FWD USD 94,10	Minério_Fut_SCOQ5	-	-	-	-	-	-	(29)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	09/25	Minério FWD USD 94,10	Minério_Fut_SCOQ5	-	-	-	-	-	-	(4.856)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	09/25	Minério FWD USD 94,10	Minério_Fut_SCOQ5	-	-	-	-	-	-	(2.967)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	10/25	Minério FWD USD 93,91	Minério_Fut_SCOU5	-	-	-	-	-	-	(4.424)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	10/25	Minério FWD USD 93,65	Minério_Fut_SCOU5	-	-	-	-	-	-	(111)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	10/25	Minério FWD USD 93,65	Minério_Fut_SCOU5	-	-	-	-	-	-	(4.649)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	10/25	Minério FWD USD 94,90	Minério_Fut_SCOU5	-	-	-	-	-	-	(8.289)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	10/25	Minério FWD USD 105,60	Minério_Fut_SCOU5	-	-	-	-	-	-	0
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	10/25	Minério FWD USD 102,62	Minério_Fut_SCOU5	-	-	-	-	-	-	(1.065)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	10/25	Minério FWD USD 101,95	Minério_Fut_SCOU5	-	-	-	-	-	-	(5)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	10/25	Minério FWD USD 101,95	Minério_Fut_SCOU5	-	-	-	-	-	-	(1.327)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	11/25	Minério FWD USD 94,61	Minério_Fut_SCOV5	-	-	-	-	-	-	(9.045)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	11/25	Minério FWD USD105,20	Minério_Fut_SCOV5	-	-	-	-	-	-	(25)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	12/25	Minério FWD USD 104,80	Minério_Fut_SCOX5	-	-	-	-	-	-	(2)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	01/26	Minério FWD USD 102,25	Minério_Fut_SCOZ5	R$84.393	R$84.393	-	-	(4.066)	-	(4.066)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/26	Minério FWD USD 99,02	Minério_Fut_SCOF6	R$6.211	R$6.211	-	-	(394)	-	-
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/26	Minério FWD USD 102,1606	Minério_Fut_SCOF6	R$11.243	R$11.243	-	-	(349)	-	-
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	03/26	Minério FWD USD 101,4056	Minério_Fut_SCOG6	R$11.159	R$11.159	-	-	(403)	-	-
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/26	Minério FWD USD 103,9490	Minério_Fut_SCOF6	R$34.890	R$34.890	-	-	(467)	-	-
				Ganho (perda) em receita de exportação no período						**(47.563)**
				Saldo contábil (posição ativa líquida da posição passiva)				(5.680)	1.045	

Os saldos contábeis das operações de instrumentos financeiros derivativos estão descritos a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante	-	1.045
Passivo circulante	5.680	-
	31/12/2025	**31/12/2024**
Na receita bruta - mercado externo (i) - ganho (perda)	(47.563)	23.163

Mineração USIMINAS

Mineração Usiminas S.A.
CNPJ Nº 12.056.613/0001-20

(b) Atividades de instrumentos financeiros derivativos – *hedge* de fluxo de caixa (*hedge accounting*)
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Mineração Usiminas S.A.:
• Contratou operações de instrumentos financeiros derivativos de preço de minério de ferro como instrumento de proteção contra a oscilação da cotação dessa *commodity*, que incide sobre as suas vendas ao mercado externo.
• Designou algumas operações de instrumentos financeiros derivativos como *hedge accounting*. A aplicação do *hedge accounting* envolve o reconhecimento do efeito líquido no resultado de ganhos e perdas das mudanças do valor justo do instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge* em um mesmo momento.
• Efetuou testes de efetividade retrospectivo e prospectivo em conformidade com a Norma IAS 39/CPC 38. Esses testes apresentaram 100% de efetividade para as operações de instrumentos financeiros derivativos definidas como instrumento de *hedge*, bem como para as exportações definidas como objeto de *hedge*.
Em 31 de dezembro de 2025, as operações de instrumentos financeiros derivativos de proteção de preço de *commodities* designadas como instrumentos de *hedge* estão apresentadas a seguir:

					31/12/2025
		Indexador			
Objeto de *hedge*	Vencimento (mês/ano)	ativo	passivo	Valor de referência (Nocional)	Ganho (perda)
Minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/26	Minério FWD USD99,02	Minério_Fut_SCOF6	R$84.393	(394)
Minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/26	Minério FWD USD102,1606	Minério_Fut_SCOF6	R$6.211	(349)
Minério de ferro (CFR China 62% Fe)	03/26	Minério FWD USD101,4056	Minério_Fut_SCOG6	R$11.243	(403)
Minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/26	Minério FWD USD103,9490	Minério_Fut_SCOF6	R$11.159	(467)
					(1.613)

A movimentação do valor reconhecido como *hedge accounting* no patrimônio líquido pode ser demonstrada como segue:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial reconhecido no patrimônio líquido (a)	(3.099)	328
Ganho (perda) reconhecido como instrumento de *hedge* no período	(1.613)	1.045
Ganho (perda) reconhecido como objeto de *hedge* no período	1.643	(5.739)
Ganho (perda) reconhecido no período, líquido	30	(4.694)
Saldo antes dos tributos diferidos sobre o ganho (perda)	(3.069)	(4.366)
Tributos diferidos sobre o ganho (perda) reconhecido no período (34%)	(10)	1.595
Ganho (perda) reconhecido no período, líquido dos tributos diferidos (b)	3.118	(3.427)
Saldo final reconhecido no patrimônio líquido (a + b)	19	(3.099)
Ganho (perda) revertido do patrimônio líquido para receita de exportação (resgates)	(47.563)	23.163

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	31/12/2025			31/12/2024		
Ativos	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	1.502.304	-	1.502.304	1.829.939	-	1.829.939
Títulos e valores mobiliários	448.779	-	448.779	-	409.580	409.580
Fundos de investimento	-	459.348	459.348	-	-	-
Contas a receber de clientes	443.756	-	443.756	420.169	-	420.169
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	1.045	1.045
Dividendos a receber	33.018	-	33.018	30.845	-	30.845
	2.427.857	459.348	2.887.205	2.280.953	410.625	2.691.578

	31/12/2025			31/12/2024
Passivos	Passivos ao custo amortizado	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Passivos ao custo amortizado
Fornecedores	370.053	-	370.053	272.371
Passivos de arrendamento	30.019	-	30.019	45.399
Instrumentos financeiros derivativos	-	5.680	5.680	-
Valores a pagar a empresas ligadas	-	-	-	27.612
	400.072	5.680	405.752	345.382

O valor justo dos instrumentos financeiros é classificado em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:
• Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (*inputs* não observáveis).
• Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços).
• Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).
Em 31 de dezembro de 2025, os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são compostos pelas aplicações financeiras que estão integralmente classificadas no Nível 2.
Os montantes dos instrumentos financeiros, mensurados pelo valor justo, não divergem significativamente dos seus respectivos montantes contábeis, considerando que estes foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem os ativos financeiros conforme a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	613	4.933
Bancos conta movimento exterior	364.087	563.667
Certificado de depósito bancário (CDB) e aplicações em compromissadas	1.137.604	1.261.339
	1.502.304	1.829.939

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras em CDB possuem rendimentos cuja variação média é de 102,02% (31 de dezembro de 2024 – 103,01%) do CDI.
Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração média de bancos no exterior é de 3,90% a.a. (31 de dezembro de 2024 – 4,40% a.a.).

9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras no país (CDB)	41.500	-
Aplicações financeiras no exterior	407.279	-
Fundos de investimentos	459.348	409.580
	908.127	409.580

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras em CDB possuem rendimentos cuja variação média é de 102,02% (31 de dezembro de 2024 – 103,01%) do CDI. A aplicação financeira em Fundos de Investimento possui rendimentos cuja variação média é de 102,40% (31 de dezembro de 2024 – 102,39%) do CDI. Os referidos fundos de investimentos são exclusivos das Empresas Usiminas e, portanto, não há obrigações da Mineração Usiminas com terceiros e a serem divulgadas.
Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração média de aplicações financeiras no exterior é de 4,47% a.a. (não havia aplicações em 2024).

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a Companhia não possuía saldos a receber de clientes vencidos.

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes em moeda nacional	9.834	13.457
Clientes em moeda estrangeira	399.344	317.337
Contas a receber de clientes	409.178	330.794
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 31)	34.578	89.375
	443.756	420.169

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a Companhia não possuía saldos a receber de clientes vencidos.

11. ESTOQUES

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante:		
Produtos acabados	104.598	72.060
Produtos em elaboração	12.605	10.329
Matérias-primas	227	1.511
Almoxarifado	73.757	83.927
Importações em andamento	742	1.241
Provisão para perdas	(36.018)	(16.825)
	155.911	152.243
Ativo não circulante (i):		
Matérias-primas	275.539	143.296
Provisão para perdas	(70.286)	(39.287)
	205.253	104.009
Total de estoques	361.164	256.252

(i) A Mineração Usiminas, com base no seu plano de produção, classifica no ativo não circulante, o estoque de minério de ferro cuja expectativa de realização é superior a 12 meses.
Em 31 de dezembro de 2025, foi constituída provisão para perda nos estoques registrados no ativo circulante, que totalizou R$19.193 (31 de dezembro de 2024 - R$15.533), referente à deterioração ocorrida no processo de armazenamento e de movimentação de minério de ferro e almoxarifado. No resultado, a contrapartida da referida provisão foi realizada na rubrica "Custos das vendas".
Em 31 de dezembro de 2025, foi constituída provisão para perda nos estoques registrados no ativo não circulante, que totalizou R$30.999 (31 de dezembro de 2024 - R$12.730), referente à deterioração ocorrida no processo de armazenamento e de movimentação de minério de ferro. No resultado, a contrapartida da referida provisão foi realizada na rubrica "Custos das vendas".

12. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar estão apresentados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS	28.230	22.144
ICMS (i)	389.153	322.827
Provisão para perda de ICMS (i)	(389.153)	(322.827)
IRPJ – Discussão Judicial (ii)	42.296	19.591
Outros	-	1.143
	70.526	42.878
Circulante	49.282	41.735
Não circulante	21.244	1.143

(i) A Mineração Usiminas possui saldo credor acumulado de ICMS e realiza a provisão para perda deste saldo por não haver expectativa de recuperação.
(ii) O saldo em 2024 corresponde à saldo negativo de IRPJ pendente de decisão judicial. O saldo em 2025 corresponde ao saldo negativo de IRPJ e base negativa de CSLL apurados no ano de 2024.

13. ADIANTAMENTOS CONTRATUAIS

A Companhia possui contrato vigente, assinado em julho de 2011, referente ao arrendamento de direitos minerários circunvizinhos aos seus títulos minerários, com duração de 30 anos, iniciado em 15 de outubro de 2012, data em que o contrato de arrendamento foi autorizado pela Agência Nacional de Mineração (ANM); ou até a exaustão dessas reservas minerais.
A remuneração mensal pelo arrendamento equivale ao valor atribuído por tonelada de minério lavrado dos direitos minerários arrendados, sendo fixado, desde 2015, o volume mínimo anual de 3,6 milhões de toneladas. Caso a lavra anual seja inferior ao volume anual mínimo fixado, será devido o pagamento de penalidade a título de t*ake or pay*, calculado pela diferença entre o volume mínimo fixado e o volume efetivamente lavrado.
O referido contrato foi aditado em 19 de dezembro de 2019 e em 20 de julho de 2024, quando foi inserido mecanismo de compensação de minério não lavrado. Esse aditamento estabelece que, exclusivamente, para o período de 1° de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2027, o volume mínimo anual fixado não lavrado e pago na modalidade de *take or pay*, de acordo com o contrato original, será considerado como crédito, para compensação futura, durante o período de 2028 a 2039, com o volume a ser lavrado e que superar o volume mínimo anual fixado.
Em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as cláusulas previstas no contrato de arrendamento e seus aditivos, e o plano de lavra, a Mineração Usiminas S.A. reconheceu como adiantamento contratual, no ativo não circulante, o crédito a ser compensado, no valor de R$403.817 (31 de dezembro de 2024 - R$367.255).

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Tributos sobre o lucro
O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais desses tributos, aplicáveis ao lucro antes da tributação, como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	583.418	594.422
Alíquotas nominais	34%	34%
Tributos sobre o lucro calculados às alíquotas nominais	(198.363)	(202.104)
Ajustes para apuração dos tributos sobre o lucro efetivos:		
Equivalência patrimonial	55.740	50.525
Exclusões (adições) permanentes	(2.534)	468
Incentivo fiscal	7.632	3.270
Juros sobre o capital próprio	41.865	34.154
Tributos sobre o lucro apurados	(95.660)	(113.687)
Corrente	(148.922)	(68.554)
Diferido	53.262	(45.133)
Tributos sobre o lucro no resultado	(95.660)	(113.687)
Alíquotas efetivas	16%	19%

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos
Os saldos e a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, ativo e passivo, constituídos às alíquotas nominais, são demonstrados como segue:

	31/12/2024	Patrimônio líquido/ Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	31/12/2025
Ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Provisões temporárias				
Provisão para demandas judiciais	26.731	-	3.256	29.987
Obrigação para recuperação ambiental	38.975	-	(907)	38.068
Provisão para ajuste nos estoques	19.078	-	17.065	36.143
Ágio incorporação empresas	267.494	-	(4.344)	263.150
Provisão para participação nos lucros	8.433	-	(961)	7.472
Perda por valor recuperável de ativos *(impairment)*	76.481	-	(1.329)	75.152
Hedge accounting	1.596	(1.596)	-	-
Outros Investimentos Permanentes	57.877	-	(7.163)	50.714
Provisão Perda Saldo Credor de ICMS	109.761	-	24.661	134.422
Outros	3.153	(1)	(1.109)	2.043
Total ativo (a)	609.579	(1.597)	29.169	637.151
Passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Variação cambial diferida	41.359	-	(32.740)	8.619
Variação monetária de depósitos judiciais	20.610	-	9.985	30.595
Hedge accounting	-	10	-	10
Ajuste a valor presente	1.338	-	(1.338)	-
Total passivo (b)	63.307	10	(24.093)	39.224
Total líquido reconhecido no ativo não circulante (a – b)	546.272	(1.607)	53.262	597.927

O imposto de renda e a contribuição social diferidos de longo prazo foram submetidos a teste de *impairment* e justificados de acordo com lucros tributáveis futuros fundamentados em projeções elaboradas pela Administração da Companhia. Para a realização das projeções a Administração da Companhia utiliza informes de instituições reconhecidas do mercado da mineração e projeções macroeconômicas fornecidas por instituições públicas, dentre outras.
(c) Imposto de renda e contribuição social no passivo circulante

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda		
Receita (despesa) corrente	(107.857)	(49.535)
Antecipações e compensações do período	107.857	49.535
		-
Contribuição social		
Receita (despesa) corrente	(41.585)	(19.019)
Antecipações e compensações do período	41.382	19.019
	203	-
Total IR e CSLL a pagar	203	-

(d) Imposto de renda e contribuição social a recuperar
Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de imposto de renda e contribuição social a recuperar, registrados no ativo não circulante, no valor R$11.466 (31 de dezembro de 2024 – R$10.459), referem-se à decisão do STF sobre a não incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores de juros de mora (SELIC) recebidos pelos contribuintes em decorrência de repetição de indébito tributário. Após o trânsito em julgado da ação judicial, o referido valor será considerado nas apurações fiscais, observadas as normas da Receita Federal do Brasil.

15. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	267.224	211.691
Adições	37.218	36.423
Reversões	(88)	(324)
Baixas	(1.056)	(60)
Correção Monetária	29.496	19.494
Saldo final	332.794	267.224

Em 31 de dezembro de 2025, as adições na Companhia referem-se, substancialmente, a causa de natureza tributária, no valor de R$37.218 (31 de dezembro de 2024 R$35.462), relacionada a Mandado de Segurança impetrado para discutir exigência de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). A Companhia, com base na opinião dos seus consultores jurídicos internos e externos, considera a expectativa da ação judicial, associado ao referido depósito judicial, de perda possível. Desta forma, não há provisão constituída para a causa.

16. INVESTIMENTOS

(a) Movimentação dos investimentos

	31/12/2024	Adições	Equivalência patrimonial	Dividendos	Passivo atuarial	31/12/2025
Controlada em conjunto						
Modal	2.544	-	4.337	(4.751)	-	2.130
Coligadas						
Terminal Sarzedo (i)	7.997	-	15.990	(15.899)	-	8.088
Terminal Paraopeba	919	44	(21)	-	-	942
UPL	696.032	-	143.635	(32.227)	33	807.473
	707.492	44	163.941	(52.877)	33	818.633
Ágio						
Modal	4.668	-	-	-	-	4.668
Terminal Sarzedo	7.200	-	-	-	-	7.200
	11.868	-	-	-	-	11.868
	719.360	44	163.941	(52.877)	33	830.501

Em 31 de dezembro de 2025, a composição do investimento na coligada Terminal Sarzedo está demonstrada a seguir:

	31/12/2025
Patrimônio líquido apresentado no item (b)	54.829
Resultado dezembro de 2025	(6.680)
Ajuste de avaliação patrimonial	(11.748)
Patrimônio líquido ajustado	36.401
Investimento na coligada Terminal Sarzedo	8.088

(b) Informações financeiras das coligadas
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, está demonstrada a seguir a participação da Companhia no resultado das coligadas:

	31/12/2025						
	País de constituição	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (prejuízo) líquido	% de participação
Terminal Sarzedo	Brasil	103.440	48.611	54.829	180.074	73.356	22,22
Terminal Paraopeba	Brasil	4.247	13	4.234	-	(93)	22,22
UPL	Brasil	1.008.993	39.638	969.355	-	172.432	83,30
	31/12/2024						
	País de constituição	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (prejuízo) líquido	% de participação
Terminal Sarzedo	Brasil	96.464	43.441	53.023	162.209	62.599	22,22
Terminal Paraopeba	Brasil	4.140	12	4.128	-	(61)	22,22
UPL	Brasil	872.628	37.056	835.572	-	155.910	83,30

A Companhia utilizou o balanço de 30 de novembro de 2025 para calcular os efeitos da equivalência patrimonial das coligadas Terminal Sarzedo e Terminal Paraopeba.
O capital social da coligada UPL é composto por 33,3% de ações com direito de voto e 66,7% de ações sem direito de voto. A Companhia possui 100% do capital social não votante e 49,9% do total do capital votante, não exercendo o controle sobre a UPL.
(c) Empreendimentos controlados em conjunto
As informações financeiras resumidas da empresa controlada em conjunto Modal estão demonstradas a seguir:
(i) Balanço patrimonial resumido

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo		
Circulante	4.873	4.518
Imobilizado	1.721	1.850
Total do ativo	6.594	6.368
Passivo e Patrimônio líquido		
Circulante	1.535	1.280
Patrimônio líquido	5.059	5.088
Total do passivo e patrimônio líquido	6.594	6.368

(ii) Demonstração do resultado resumida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas e serviços	15.836	16.415
Custo das vendas	(5.562)	(5.485)
Receitas (despesas) operacionais	(58)	(36)
Receitas (despesas) financeiras	393	266
Provisão IRPJ e CSLL	(1.936)	(1.968)
Lucro líquido do exercício	8.673	9.192

17. IMOBILIZADO

		31/12/2025			31/12/2024	
	Taxa média ponderada de depreciação anual %	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação							
Edificações	11	315.067	(200.988)	114.079	309.579	(167.264)	142.315
Máquinas e equipamentos	8	1.052.184	(842.843)	209.341	1.031.756	(754.978)	276.778
Instalações	8	995.094	(788.133)	206.961	973.557	(706.012)	267.545
Móveis e utensílios	14	8.868	(6.592)	2.276	7.475	(5.389)	2.086
Equipamentos de informática	13	37.731	(27.662)	10.069	30.751	(22.823)	7.928
Veículos	6	28.494	(15.456)	13.038	14.489	(13.617)	872
Ferramentas e aparelhos	15	16.806	(11.768)	5.038	15.175	(9.254)	5.921
Direito de Uso	20	57.553	(38.300)	19.253	57.327	(26.856)	30.471
Obrigação para recuperação ambiental	-	330.497	(193.446)	137.051	310.804	(137.579)	173.225
		2.842.294	(2.125.188)	717.106	2.750.913	(1.843.772)	907.141
Terrenos		166.058	-	166.058	166.458	-	166.458
Total em operação		3.008.352	(2.125.188)	883.164	2.917.371	(1.843.772)	1.073.599
Em obras							
Obras em andamento		345.285	-	345.285	325.594	-	325.594
Importações em andamento		281	-	281	271	-	271
Outros		4.974	-	4.974	559	-	559
Total em obras		350.540	-	350.540	326.424	-	326.424
		3.358.892	(2.125.188)	1.233.704	3.243.795	(1.843.772)	1.400.023

A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	Adições (i)	Baixas	Depreciação	Transferências	Mensuração IFRS 16 (ii)	Outros	31/12/2025
Em operação								
Edificações	142.315	22	-	(33.724)	5.466	-	-	114.079
Máquinas e equipamentos	276.778	64	(1)	(97.667)	30.169	-	(2)	209.341
Instalações	267.545	1.864	-	(82.119)	19.673	-	(2)	206.961
Terrenos	166.458	-	(400)	-	-	-	-	166.058
Ferramentas e aparelhos	5.921	-	-	(2.515)	1.630	-	2	5.038
Obrigação para recuperação ambiental	173.225	19.693	-	(55.866)	-	-	(1)	137.051
Direito de uso	30.471	-	-	(11.445)	-	226	1	19.253
Outros	10.886	-	-	(7.882)	22.378	-	1	25.383
	1.073.599	21.643	(401)	(291.218)	79.316	226	(1)	883.164
Em obras								
Imobilizado em obras	326.424	103.713	(562)	-	(79.035)	-	-	350.540
	1.400.023	125.356	(963)	(291.218)	281	226	(1)	1.233.704

(i) As adições do imobilizado compreendem compras à vista no valor de R$105.663.
(ii) A mensuração do direito de uso compreende contratos de arrendamento de equipamentos no valor de R$226.

	31/12/2023	Adições (i)	Baixas	Depreciação	Transferências	Outros	31/12/2024
Em operação							
Edificações	172.305	2.869	-	(33.779)	920	-	142.315
Máquinas e equipamentos	275.851	14.681	-	(95.945)	82.191	-	276.778
Instalações	338.224	1.804	-	(83.016)	10.533	-	267.545
Terrenos	147.260	-	-	-	19.183	15	166.458
Ferramentas e aparelhos	6.760	-	-	(2.533)	1.694	-	5.921
Obrigação para recuperação ambiental	148.477	87.393	-	(62.645)	-	-	173.225
Direito de uso	64.513	-	(10.709)	(16.490)	(6.843)	-	30.471
Outros	15.001	-	(40)	(6.462)	2.387	-	10.886
	1.168.391	106.747	(10.749)	(300.870)	110.065	15	1.073.599
Em obras							
Imobilizado em obras	301.251	135.236	-	-	(110.065)	2	326.424
	1.469.642	241.983	(10.749)	(300.870)	-	17	1.400.023

(i) As adições do imobilizado compreendem compras à vista no valor de R$154.590.
Em 31 de dezembro de 2025, as adições do imobilizado referem-se aos gastos incorridos com o objetivo de manter a capacidade produtiva. Do total de R$125.356, destacam-se:

	31/12/2025
Projeto Compactos	33.073
Estrada Acesso Alvo Camargos	9.048
Sob Complexo Oeste	5.741
Equipamentos e componentes PEA25/26	4.519
Sobressalentes de Equipamentos	4.452
Sobressalentes Manut Industrial	4.253
Substituição Equip. Frotas	4.112
Outras adições de imobilizado (i)	60.158
	125.356

(i) Composto por gastos relacionados a diversos projetos de menor valor.
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a depreciação foi reconhecida conforme a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Custos das vendas	(287.083)	(294.926)
Outras receitas (despesas) operacionais	(40)	(1.879)
Despesas com vendas	(1.790)	(1.584)
Despesas gerais e administrativas	(2.305)	(2.481)
	(291.218)	(300.870)

18. INTANGÍVEL

A seguir está demonstrada a movimentação do ativo intangível:

	Direitos minerários (i)	Servidão minerária	Outros (ii)	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2024	1.659.143	429	13.686	1.673.258
Adições	1.106	-	8.971	10.077
Baixas	-	-	(372)	(372)
Amortização	(28.816)	(143)	(2.483)	(31.442)
Transferências	-	-	(281)	(281)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.631.433	286	19.521	1.651.240
Custo total	1.851.902	4.478	40.396	1.896.776
Amortização acumulada	(220.469)	(4.192)	(20.875)	(245.536)
Valor residual em 31 de dezembro de 2025	1.631.433	286	19.521	1.651.240

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão das minas.
(ii) Refere-se, substancialmente, a *softwares*, com taxa média de amortização de 38% a.a..

	Direitos minerários (i)	Servidão minerária	Outros (ii)	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2023	1.685.403	572	8.564	1.694.539
Adições	-	-	6.968	6.968
Baixas	-	-	-	-
Amortização	(26.260)	(143)	(1.846)	(28.249)
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.659.143	429	13.686	1.673.258
Custo total	1.850.796	4.478	32.078	1.887.352
Amortização acumulada	(191.653)	(4.049)	(18.392)	(214.094)
Valor residual em 31 de dezembro de 2024	1.659.143	429	13.686	1.673.258

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão das minas.
(ii) Refere-se, substancialmente, a *softwares*, com taxa média de amortização de 46% a.a..
Em 31 de dezembro de 2025, a amortização do intangível foi reconhecida conforme a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Custos das vendas	(29.458)	(27.537)
Despesas com vendas	(1.203)	(163)
Despesas gerais e administrativas	(781)	(549)
	(31.442)	(28.249)

19. VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS (IMPAIRMENT) NÃO FINANCEIROS

Para o cálculo do valor recuperável de ativos não financeiros, a Mineração Usiminas utiliza o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC). As projeções consideram as mudanças observadas no panorama econômico, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada UGC.
Em 31 de dezembro de 2025 a Mineração Usiminas efetuou avaliação das suas unidades geradoras de caixa conforme descrito a seguir:
(a) Testes de *impairment* do ágio
Para as unidades geradoras de caixa que possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio), a Mineração Usiminas efetuou análise de *impairment*.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não foram apuradas perdas por *impairment* de ágio.
Para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas projeções de volumes de vendas, preços médios e custos operacionais realizadas pelos setores comerciais e de planejamento para os próximos 5 anos. Também foram consideradas as necessidades de capital de giro e investimentos para manutenção dos ativos testados.
As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas considerando informações de mercado disponíveis na data do teste. A taxa real utilizada para descontar o fluxo de caixa de cada unidade geradora de caixa foi de 8,62%, e taxa nominal de 11,09% em 2025.
(b) Testes de *impairment* do direito minerário
O valor recuperável dos ativos da UGC de mineração foi atualizado para refletir as melhores estimativas da Administração sobre o resultado futuro a ser obtido com o beneficiamento e comercialização do minério de ferro, com base em projeções de preço de venda, gastos e investimentos. Tal avaliação mantém-se sensível à volatilidade dos preços da commodity e eventuais alterações nas expectativas de longo prazo poderão levar a futuros ajustes no valor reconhecido.
A taxa de desconto aplicada nas projeções de fluxos de caixa futuros representou uma estimativa da taxa que o mercado utilizaria para atender aos riscos do ativo sob avaliação. A taxa real utilizada foi de 8,62%, e a taxa nominal de 11,09% em 2025. A Companhia considerou fontes de mercado para definição das taxas de inflação e câmbio utilizadas nas projeções dos fluxos futuros. Para projeção das taxas anuais de câmbio (Real / Dólar), foram consideradas as taxas de inflação norte-americana e brasileira de longo prazo. Os preços projetados para o minério de ferro (CFR China 62% Fe) foram entre USD95,00/t e USD100,00/t para o curto prazo e USD90,00/t para o longo prazo. Os preços utilizados no cálculo dos fluxos de caixa futuros encontram-se dentro do intervalo das estimativas publicadas pelos analistas de mercado.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foi registrada a alteração do *impairment* de direitos minerários, alocado no ativo intangível. O *impairment* remanescente no valor de R$221.036, continua sendo monitorado pela Companhia e poderá ser revertido na medida em que as projeções futuras permitirem.
(c) Outros ativos de longo prazo
A Companhia, possui terreno de área de 862.465 m2, na cidade de Itaguaí/RJ, registrado em Propriedades para Investimentos, para o qual é realizado anualmente a avaliação do valor justo. Esta avaliação, que é por empresa especializada no exercício de 2025, apurou a valor justo o ativo no montante de R$158.306 (31 de dezembro de 2024 - R$170.228), o que gerou reversão do *impairment* de R$11.922.
Esta reversão por *impairment* foi reconhecida no resultado do exercício, na rubrica Outras receitas e despesas operacionais (Nota 29 (c)).

20. FORNECEDORES, EMPREITEIROS E FRETES

	31/12/2025	31/12/2024
No país	294.381	216.707
No exterior	24.510	1.690
Valores a pagar a empresas ligadas (Nota 31)	51.162	53.974
	370.053	272.371

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não contratou operações de *forfaiting* (risco sacado). Alguns de seus fornecedores contrataram, por sua iniciativa, operações de *forfaiting* (risco sacado) junto aos bancos, cujo montante foi de R$2.768 (31 de dezembro de 2024 - R$9.570). Desta forma, as referidas operações não modificaram a apresentação dos saldos patrimoniais, uma vez que não houve quaisquer encargos financeiros imputados à Companhia.

21. TRIBUTOS A RECOLHER

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	248	331
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	577	101
Imposto Sobre Serviços (ISS)	2.667	1.678
PIS/COFINS	651	488
Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)	20.195	17.843
Taxa de Fiscalização de Recursos Minerais (TFRM)	1.755	1.838
Outros	3.544	3.010
	29.637	25.289

22. PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

A movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na tabela a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	45.399	63.563
Adição	226	-
Pagamentos	(15.224)	(25.282)
Juros apropriados	3.556	5.367
Baixa	-	(10.395)
Variação cambial	(3.938)	12.146
Saldo final	30.019	45.399
Passivo circulante	15.938	16.076
Passivo não circulante	14.081	29.323

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui contratos de arrendamento, principalmente, de veículos utilizados no transporte interno nas minas (veículos *offroad*).
O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento com base nas taxas de descontos livres de risco observadas no mercado brasileiro, para o prazo dos seus contratos. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, as taxas utilizadas no cálculo variaram entre 9,55% a.a. e 16,74% a.a.

Mineração USIMINAS

Mineração Usiminas S.A.
CNPJ Nº 12.056.613/0001-20

Os futuros pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Contratos de arrendamentos	18.051	13.013	1.837	102	33.003
Ajuste a valor presente	(2.113)	(610)	(260)	(1)	(2.984)
	15.938	12.403	1.577	101	30.019
	31/12/2024				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Contratos de arrendamentos	19.624	19.067	12.531	654	51.876
Ajuste a valor presente	(3.548)	(2.114)	(779)	(36)	(6.477)
	16.076	16.953	11.752	618	45.399

O quadro a seguir demonstra o valor estimado do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, o qual está embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	31/12/2025	
Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	29.951	27.242
PIS/COFINS potencial (9,25%)	3.053	2.777
	33.004	30.019
	31/12/2024	
Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	47.077	41.200
PIS/COFINS potencial (9,25%)	4.798	4.199
	51.875	45.399

23. OBRIGAÇÃO PARA RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

A controlada Mineração Usiminas S.A. possui provisão para recuperação ambiental de áreas em exploração e desmobilização de ativos, cuja movimentação está demonstrada a seguir:
A movimentação da provisão para recuperação ambiental está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	301.132	297.498
Adição	22.114	13.039
Juros/atualizações	19.693	87.393
Amortizações/baixas	(80.648)	(96.798)
	262.291	301.132
Passivo Circulante	11.839	52.342
Passivo não circulante	250.452	248.790

Os gastos com a recuperação ambiental e desmobilização de ativos foram registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida da provisão que suportará tais gastos, e levam em conta as estimativas da Administração da Companhia. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados.
No exercício de 2025, a controlada Mineração Usiminas S.A., revisou a estimativa de gastos para recuperação ambiental de áreas em exploração e desmobilização de ativos, com base na legislação vigente e análise de empresa de consultoria especializada, contratada em 2024. Essa revisão considerou, além dos planos de recuperação existentes, a conclusão do Plano de Descaracterização da Barragem Samambaia. Esse Plano, aprovado pela Administração, iniciou as suas atividades em 2023, possui previsão de conclusão em 2026 e estimativa total de gastos de R$214.160. Até 31 de dezembro de 2025, os gastos realizados com Plano totalizaram R$202.321 (31 de dezembro de 2024 - R$150.006), além de gastos com a recuperação de outras áreas.

24. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

(a) Composição
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a composição das provisões para demandas judiciais pode ser assim demonstrada:

	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	1.328	1.211
Ambientais	82.284	66.736
Trabalhistas	4.567	7.957
Tributárias	17	2.716
	88.196	78.620

(b) Movimentação
A movimentação das provisões para demandas judiciais pode ser assim demonstrada:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	78.620	70.506
Adições	9.082	4.027
Juros/atualizações	13.032	8.699
Amortizações/baixas	(8.530)	(612)
Reversões de principal	(2.403)	(3.179)
Reversões de juros	(1.605)	(821)
Saldo final	88.196	78.620

Em 31 de dezembro de 2025, as adições na Mineração Usiminas referem-se, principalmente, as causas ambientais no valor de R$4.508, além das trabalhistas no valor de R$1.678 e tributárias de R$2.896 (31 de dezembro de 2024, causas trabalhistas no valor de R$2.090, além das causas cíveis e tributárias no valor de R$1.937).
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os juros e atualizações são relacionados, substancialmente, a processos de natureza ambiental.
Em 31 de dezembro de 2025, as amortizações/baixas referem-se a causas trabalhistas no valor de R$4.425 e cíveis no valor de R$4.105 (31 de dezembro de 2024, natureza trabalhista no valor de R$590 e civil no valor de R$22).
Em 31 de dezembro de 2025, as reversões de principal e juros estão relacionadas, principalmente, a causas trabalhistas no valor de R$2.944 e tributárias no valor de R$908 (31 de dezembro de 2024, principalmente, a causas tributárias no valor de R$3.471).
(c) Provisões para demandas judiciais
A provisão para demandas judiciais foi constituída para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo a avaliação e posição dos seus consultores jurídicos internos e externos. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, as causas mais relevantes estão descritas a seguir:

Descrição	Posição	31/12/2025 Saldo	31/12/2024 Saldo
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Mineração Usiminas em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando o julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	4.567	7.957
Autuação envolvendo lavra fora dos limites da concessão da Companhia, cuja denúncia foi apresentada de maneira espontânea à ANM.	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	34.478	30.161
Autuação envolvendo lavra fora dos limites da concessão da Companhia.	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	41.491	36.296
Outras ações de natureza cível e ambiental.	-	7.643	1.490
Outras ações de natureza tributária.	-	17	2.716
		88.196	78.620

(d) Contingências possíveis
A Mineração Usiminas figura como parte em outros processos não provisionados, cuja expectativa da Administração, baseada na opinião dos consultores jurídicos internos e externos, é de perda possível, entre os quais se destacam:

Descrição	Posição	31/12/2025 Saldo	31/12/2024 Saldo
Autuação fiscal visando a cobrança de PIS e COFINS referentes ao aproveitamento de créditos de serviços relacionados à atividade da pessoa jurídica.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	52.144	48.616
Auto de Infração lavrado pela Receita Federal para cobrança de valores de IRPJ e CSLL decorrentes de ajuste nas bases de cálculo referentes à apuração do ano-calendário de 2019.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	41.253	37.459
Ação judicial que discute a exclusão das despesas com frete e seguro, incorridas na fase de comercialização do produto mineral, na apuração e recolhimento da CFEM.	Aguardando julgamento na segunda instância judicial	311.369	246.582
Processo de Cobrança para exigência de débitos de CFEM relacionado ao Processo Minerário	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	68.192	63.035
Ação judicial que discute cobrança de ICMS e de diferencial de alíquotas (DIFAL) referente a aquisições de materiais de uso e consumo.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	109.616	98.978
Outras ações de natureza cível.	-	26.910	34.300
Outras ações de natureza trabalhista.	-	26.990	30.406
Outras ações de natureza tributária.	-	60.597	11.475
		697.071	570.851

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social
Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia totalizou R$3.616.788 (R$3.441.042 – 31 de dezembro de 2024).
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a composição acionária da Companhia está demonstrada a seguir:

	Ações ordinárias	
Acionista	Quantidade	%
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas	1.968.125.146	70,00
Sumitomo Corporation (Japão)	822.395.150	29,25
Sumitomo Corporation do Brasil S.A.	21.087.055	0,75
Total	2.811.607.351	100,00

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral.
Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício calculado baseado nos termos da lei societária.
(b) Reservas de lucros
• Reserva legal - cujo saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R$263.914 (31 de dezembro de 2024 – R$239.527) é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 30% do capital social, desde que acrescido do montante da reserva de capital (conforme previsto no parágrafo 1º do art. 193 da Lei nº 6.404/1976).
• Reserva para investimentos e capital de giro, cujo saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R$3.706.320 (31 de dezembro de 2024 – R$3.553.009). De acordo com o Estatuto Social, essa reserva tem por objetivo assegurar o desenvolvimento das atividades da Companhia conforme as necessidades do seu orçamento de capital.
A aplicação do excesso das reservas de lucros, que no exercício social de 2025 ultrapassou o saldo do capital social, será deliberada em assembleia (conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/1976).
(c) Ajustes de avaliação patrimonial
Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se substancialmente a:
• Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 e IAS 19. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo credor dessa conta totaliza R$4.770 (31 de dezembro de 2024– R$4.730, saldo credor).
• *Hedge accounting*: corresponde ao efeito líquido, após dedução de tributos, da contabilidade de *hedge* (nota 6). Em 31 de dezembro de 2025, o saldo credor dessa conta totaliza R$20 (31 de dezembro de 2024 – R$3.098, saldo devedor).
(d) Dividendos e juros sobre capital próprio
Os dividendos e juros sobre capital próprio propostos, relativos ao resultado do exercício de 2025 e 2024, podem ser demonstrados conforme a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	487.758	480.735
Constituição da reserva legal (5%)	(24.387)	(24.037)
Base de cálculo dos dividendos e juros sobre capital próprio	463.371	456.698
Dividendo mínimo e juros sobre capital próprio propostos (25%), líquidos de IRRF	115.843	114.175
Dividendos propostos a serem imputados ao mínimo obrigatório	11.181	28.790
Juros sobre capital próprio pagos imputados ao dividendo mínimo obrigatório	104.662	85.385
Juros sobre capital próprio pagos – complemento (i)	900	735
IRRF sobre juros sobre capital próprio (i)	17.570	14.332
Total bruto de dividendos e juros sobre capital próprio	134.313	129.242

(i) Decorrente do benefício tributário (acordo Brasil-Japão) de um dos acionistas. A alíquota efetiva de IRRF no pagamento de juros sobre capital próprio de 31 de dezembro de 2025 foi de 14,2% (31 de dezembro de 2024 – 14,3%).
A movimentação dos dividendos e dos juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

Natureza	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos a pagar no início do exercício	28.790	21.041
Pagamento de dividendos e dos juros sobre capital próprio	(151.922)	(121.493)
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	134.313	129.242
Total dos dividendos líquidos a pagar no fim do exercício	11.181	28.790

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.
Em 25 de abril de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, a distribuição de dividendos referente ao exercício de 2024, no montante de R$28.790.
O Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio, a seus acionistas, no valor bruto de R$123.132, calculados até o limite da variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), imputando o valor líquido de R$105.563 ao valor do dividendo mínimo obrigatório, referente ao resultado do exercício de 2025.

26. RECEITA

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Vendas de produtos		
Mercado interno	760.537	808.634
Equiparadas às exportações	736.978	704.879
Mercado externo	2.345.993	1.577.816
Receita bruta	3.843.508	3.091.329
Deduções da receita	(77.804)	(130.666)
Receita líquida	3.765.704	2.960.663

27. DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação,amortização e exaustão	(322.660)	(329.119)
Despesas com benefícios a empregados	(234.065)	(205.667)
Fretes e seguros	(1.067.679)	(885.144)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(643.026)	(532.240)
Custo de distribuição e comissões com vendas	(321.609)	(241.956)
Serviços de terceiros	(660.353)	(476.061)
Receitas (despesas) com demandas judiciais, líquidas	(6.679)	(848)
Resultado na venda/baixa de imobilizado, intangível e imobilizado	(646)	622
Resultado na venda de energia elétrica excedente	1.762	(692)
Reversão por valor recuperável de ativos (*impairment*) (i)	11.922	3.620
(Provisão) reversão para perda com impostos	(64.955)	(61.097)
(Provisão) reversão para perda e ajustes nos estoques	-	2.099
Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)	(85.474)	(70.515)
Outras	(50.464)	(56.390)
	(3.443.926)	(2.853.388)
Custo das vendas	(2.966.713)	(2.449.816)
Despesas com vendas	(346.017)	(262.866)
Despesas gerais e administrativas	(52.484)	(51.796)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(78.712)	(88.910)
	(3.443.926)	(2.853.388)

(i) Em 31 de dezembro de 2025, foi registrada reversão de perda por *impairment* no valor de R$11.922, em propriedades para investimento, (31 de dezembro de 2024 – reversão de R$3.620), correspondente a terreno em Itaguaí/RJ. A reversão foi apurada em decorrência da valorização do valor justo, que reflete as condições do mercado na data do balanço.

28. DESPESAS E BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e encargos	(130.808)	(150.683)
Encargos previdenciários	(25.096)	(24.247)
Participação dos empregados nos lucros	(76.196)	(23.997)
Outras	(1.965)	(6.740)
	(234.065)	(205.667)

As despesas e benefícios a empregados são registradas nas rubricas de "Custos das vendas", "Despesas com vendas", "Despesas gerais e administrativas" e "Outras despesas operacionais", de acordo com a alocação do empregado.

29. RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

(a) Despesas com vendas

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal	(8.646)	(8.313)
Serviços de terceiros	(6.339)	(5.553)
Depreciação e amortização	(2.993)	(1.747)
Custo de distribuição e comissões	(321.609)	(241.956)
Despesas gerais	(6.430)	(5.297)
	(346.017)	(262.866)

(b) Despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal	(12.746)	(13.641)
Serviços de terceiros	(21.687)	(21.056)
Depreciação e amortização	(3.086)	(3.030)
Honorários da Administração	(9.008)	(8.213)
Despesas gerais	(5.957)	(5.856)
	(52.484)	(51.796)

(c) Outras receitas (despesas) operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas operacionais		
Receita com a venda de energia elétrica	4.106	259
Recuperação de despesas	6.567	3.019
Royalties	1.651	5.219
Multas contratuais	1.927	2.608
Recuperação de despesas com empresas ligadas	-	3.222
Outras receitas	2.867	3.540
	17.118	17.867
Outras despesas operacionais		
Ajuste por *impairment*	11.922	3.620
Despesas com equipamentos parados temporariamente	(1.042)	(2.323)
Provisão para perdas – ICMS	(64.955)	(61.097)
Custo com a venda de energia	(2.344)	(692)
Custo na venda/baixa de imobilizado, investimento e intangível	(1.869)	-
PIS e COFINS sobre venda energia	(380)	(24)
Despesas com engenharia – projetos	(1.427)	(5.527)
Tributos (INSS, ICMS, IPTU, IR, etc.)	(11.247)	(19.807)
Encargos judiciais	(698)	(298)
Receitas (despesas) com demandas judiciais, líquidas	(6.749)	(848)
Despesas com doações, patrocínios e incentivos culturais	(4.860)	(2.002)
Despesas com empresas ligadas	(659)	(9.315)
Projeto compactos	(3.130)	-
Outras despesas	(8.392)	(8.464)
	(95.830)	(106.777)
	(78.712)	(88.910)

30. RESULTADO FINANCEIRO

As receitas (despesas) financeiras podem ser assim sumariadas:

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Receita sobre aplicações financeira	228.769	185.418
Atualização monetária dos depósitos judiciais	29.496	19.494
Realização do ajuste a valor presente	305	39.632
Outras	6.073	2.315
	264.643	246.859
Despesas financeiras		
Juros sobre passivos contingentes	(13.032)	(8.699)
Efeitos monetários	(22.114)	(13.040)
Realização do ajuste a valor presente de fornecedores	(7.491)	(12.746)
PIS/COFINS sobre outras receitas financeiras	(10.853)	(9.639)
Outras despesas financeiras	(3.998)	(1.971)
	(57.488)	(46.095)
Ganhos (perdas) cambiais, líquidos (i)	(109.456)	137.778
	97.699	338.542

(i) Os ganhos (perdas) cambiais são decorrentes das variações sobre os saldos de caixa e equivalentes de caixa no exterior, fornecedores no exterior e clientes em moeda estrangeira.

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são os seguintes:
(a) Ativo circulante

	31/12/2025		31/12/2024	
	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber
Acionistas	34.578	-	89.375	-
Controladas	-	33.018	-	30.845
Total	34.578	33.018	89.375	30.845

As contas a receber de clientes classificados como partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem em condições acordadas entre as partes. As contas a receber não possuem garantias.
(b) Passivo

	31/12/2025			31/12/2024		
	Fornecedores	Dividendos	Valores a pagar	Fornecedores	Dividendos	Valores a pagar
Acionistas Controladores		7.826	718	7.156	20.153	-
Acionistas não controladores		3.355	6.494	-	8.637	-
Controladas em conjunto	1.464	-	-	1.305	-	-
Coligadas (i)	39.903	-	2.583	43.913	-	27.612
Outras partes relacionadas	-	-	-	1.600	-	-
Total	41.367	11.181	9.795	53.974	28.790	27.612
Circulante	41.367	11.181	9.795	53.974	28.790	-
Não Circulante	-	-	-	-	-	27.612
Total	41.367	11.181	9.795	53.974	28.790	27.612

Os valores a pagar a empresas ligadas, classificados como fornecedores, são principalmente decorrentes de operações de compras, conforme descrito no item (c), e vencem em condições acordadas entre as partes. As contas a pagar não estão sujeitas a juros.
Os demais valores a pagar a empresas ligadas referem-se, substancialmente, a reembolsos de serviços compartilhados.
(c) Vendas e compras

	31/12/2025		31/12/2024	
	Vendas (i)	Compras	Vendas (i)	Compras
Acionistas	669.508	-	717.778	12.469
Controladas em conjunto	-	16.942	-	17.183
Coligadas	-	408.407	-	319.272
Outras partes relacionadas	-	403	-	1.495
	669.508	425.752	717.778	350.419

(i) Vendas brutas
(d) Resultado financeiro e operacional

	31/12/2025	31/12/2024
Acionistas	(8.712)	24.278
Coligadas	(3.935)	(7.379)
Outras	-	1.238
	(12.647)	18.137

As principais operações da Companhia com partes relacionadas podem ser assim resumidas:
• Compra de serviços ferroviários da MRS para o transporte de minério de ferro;
• Venda de minério de ferro para Usiminas e compra de serviços compartilhados;
• Compra da Modal e Terminal Sarzedo de serviços de estocagem e carregamento de minérios;
• Compra de equipamentos, materiais e serviços da Takraf do Brasil, denominação atual da divisão de mineração da Tenova do Brasil.
As transações com partes relacionadas são, substancialmente, contratadas em condições de mercado, considerando preços e prazos.
(e) Remuneração do pessoal-chave da Administração
A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da Administração, que engloba a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Companhia, está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Honorários	(7.721)	(6.968)
Encargos sociais	(1.287)	(1.245)
	(9.008)	(8.213)

32. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui compromissos diversos com terceiros cujo montante totaliza R$4.844.027 decorrentes principalmente de contratos na modalidade *take or pay*.
A previsão de realização destes compromissos está demonstrada a seguir:

	Previsão de realização dos compromissos				
	Menos de 1 Ano	De 1 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecimento de energia elétrica, gás natural, gases industriais, minério de ferro e coque	640.914	1.164.000	-	-	1.804.914
Transporte e manuseio de matérias primas e produtos de mineração	944.836	69.504	-	-	1.014.340
Serviços de mão de obra e outros	45.703	34.401	27.972	9.776	117.852
Arrendamento de direitos minerários e outros	81.921	222.000	182.000	1.421.000	1.906.921
	1.713.374	1.489.905	209.972	1.430.776	4.844.027

33. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía seguros para prédios, mercadorias, equipamentos, maquinismos, móveis, objetos, utensílios e instalações que constituem os estabelecimentos segurados e as respectivas dependências da Companhia, tendo como valor em risco o total de R$2.938.550 (31 de dezembro de 2024 – R$2.552.866), uma apólice de seguro de riscos operacionais (danos materiais) com limite máximo de indenização de R$250.000 por sinistro. Em 31 de dezembro de 2025, a franquia máxima para danos materiais era de R$1.500, e, para as coberturas de lucros cessantes (perda de receita), a franquia máxima era de 45 dias (tempo de espera). O término deste seguro ocorrerá em 30 de março de 2027.

34. TRANSAÇÕES SEM EFEITO DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2025, foram realizadas transações de investimentos e de financiamentos sem efeito de caixa conforme apresentado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Adição ao imobilizado referente à provisão para recuperação ambiental	19.693	87.393
Adição/redução de contas receber referente ao instrumento de *hedge*	(7.382)	(18.150)
Instrumento financeiro reconhecido como objeto de *hedge*	2.658	12.958
Tributos diferidos reconhecido como objeto de *hedge*	1.606	1.765
	16.575	83.966

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Alteração da Moeda Funcional
Em 26 de fevereiro de 2026, a Conselho de Administração aprovou a alteração da moeda funcional utilizada pela Mineração Usiminas, do real para o dólar norte-americano, a ser efetivada na elaboração das suas demonstrações contábeis iniciadas em 1º de janeiro de 2026.
Em conformidade com as normas aplicáveis, a Mineração Usiminas continuará a utilizar o real como moeda de apresentação de suas demonstrações contábeis. Assim, os valores registrados nas demonstrações elaboradas na nova moeda funcional serão convertidos para o real para fins de apresentação e divulgação.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcelo Chara - **Presidente**
Diego Adrian Ferrari **Conselheiro** | Diego Eduardo Garcia **Conselheiro** | Gino Eugenio Ritagliati **Conselheiro** | Yuji Watanabe **Conselheiro** | Hisahide Kikkawa **Conselheiro**

DIRETORIA EXECUTIVA

Leandro Martins Chiardelli - **Diretor Presidente** | Marcelo Héctor Barreiro - **Diretor Financeiro** | Hiroyuki Matsumoto - **Diretor de Desenvolvimento**

CONTADORA

Adriane Vieira Oliveira - CRC MG 070.852/0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **Mineração Usiminas S.A. -** Belo Horizonte - MG. **Opinião**: Examinamos as demonstrações financeiras da Mineração Usiminas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (*IASB*). **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB),* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Belo Horizonte, 16 de abril de 2026.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O
Rogério Xavier Magalhães
Contador CRC MG-080613/O

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2** de **24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado
ICP Brasil
A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia **24/04/2026**
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicidade Legal** no portal do **Jornal Diário do Comércio.** Acesse também através do link:
https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal/24-04-2026-p1/